



AJUSTE DIRETO

Reparação de Miniautocarro

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CLÁUSULA 1.ª.....	3
DESIGNAÇÃO E OBJECTO DOS SERVIÇOS A PRESTAR	3
CLÁUSULA 2.ª.....	3
PRAZO PREVISTO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	3
CLÁUSULA 3.ª.....	3
PREÇO BASE	3
CLÁUSULA 4.ª.....	3
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	3
CLÁUSULA 5.ª.....	4
PREÇO CONTRATUAL.....	4
CLÁUSULA 6.ª.....	4
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	4
CLÁUSULA 7.ª.....	4
CONTRATO E PREVALÊNCIA	4
CLÁUSULA 8.ª.....	5
VIGÊNCIA	5
CLÁUSULA 9.ª.....	5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
CLÁUSULA 10.ª.....	6
FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO	6
CLÁUSULA 11.ª.....	6
INSPEÇÃO E INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS	6
CLÁUSULA 12.ª.....	6
DEVER DE SIGILO.....	6
CLÁUSULA 13.ª.....	7
RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE	7
CLÁUSULA 14.ª.....	7
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	7
CLÁUSULA 15.ª.....	7
SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS	7
CLÁUSULA 16.ª.....	8
PESSOAL DO ADJUDICATÁRIO	8
CLÁUSULA 17.ª.....	8
CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR.....	8



CLÁUSULA 18.ª.....	9
FORO COMPETENTE.....	9
CLÁUSULA 19.ª.....	9
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	9
CLÁUSULA 20.ª.....	9
TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	9
CLÁUSULA 21.ª.....	10
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.....	10
CLÁUSULA 22.ª.....	10
TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10
CLÁUSULA 23.ª.....	11
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
CLÁUSULA 24.ª.....	11
FALHAS E OMISSÕES	11



Parte I – Cláusulas Jurídicas

CLÁUSULA 1.ª

DESIGNAÇÃO E OBJECTO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento que tem como objeto principal a **“Reparação de Miniautocarro”** a seguir designada abreviadamente por Trabalho.

CLÁUSULA 2.ª

PRAZO PREVISTO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. O Trabalho a realizar no âmbito do Contrato tem a duração de **30 dias**.
2. O Trabalho dá início a partir da data da assinatura do contrato. Os prazos previstos no presente contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
3. O adjudicatário obriga-se a iniciar a execução dos trabalhos na data fixada e cumprir todos os prazos previstos.
4. No caso de se verificarem atrasos na execução de trabalhos em relação ao estabelecido, o adjudicatário é obrigado, a expensas suas, a tomar as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização do trabalho necessários à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução do Contrato.
5. Em nenhum caso serão atribuídos prémios.

CLÁUSULA 3.ª

PREÇO BASE

1. Pelo objeto do contrato a celebrar, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar ao fornecedor dos bens o preço base de **€ 6 200,00 (seis mil e duzentos euros)** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número 1. inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

CLÁUSULA 4.ª

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. De acordo com o art.º 74.º do CCP, a adjudicação será realizada segundo o critério monofator, enquanto único expecto da execução do contrato a celebrar, sendo o critério preço o único aspeto avaliado para a execução do contrato a celebrar.
2. O preço apresentado inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.



CLÁUSULA 5.ª

PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número [anterior](#) inclui todas as despesas e custos com transporte, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

CLÁUSULA 6.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o fornecimento respetivo.
2. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas preferencialmente através de transferência bancária, pelo que deverá ser indicado o NIB, na proposta a apresentar.

CLÁUSULA 7.ª

CONTRATO E PREVALÊNCIA

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - b) o presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - c) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade Adjudicante;
 - d) a proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2. e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.



CLÁUSULA 8.ª
VIGÊNCIA

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições.

CLÁUSULA 9.ª
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o Trabalho que lhe for adjudicado, tal como descrito no Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência
- b) Prestar os serviços objeto do contrato de acordo com estabelecido pela entidade adjudicante
- c) Entregar à entidade adjudicante os bens objeto de contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos
- d) Entregar em perfeitas condições os bens objeto do contrato a fim de serem utilizados para os fins a que se destinam, sob pena de rejeição
- e) Responsabilidade por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, que existam no momento da sua entrega
- f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante
- g) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido no Trabalho venha a ter acesso.
- h) Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao Trabalho, de acordo com os prazos contratuais
- i) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante.
- j) Realizar todos os Trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do Trabalho, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



CLÁUSULA 10.ª

FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO

1. No Trabalho, cumprir-se-ão as condições propostas pelo adjudicatário e aceites pela entidade adjudicante.
2. Para a preparação da execução do Trabalho, o adjudicatário fica obrigado a efetuar reunião prévia de coordenação com representantes da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 11.ª

INSPEÇÃO E INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem ao estabelecido no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos naquele documento e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a verificação, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. No caso da verificação prevista na cláusula anterior não se comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, com as exigências legais ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante poderá rejeitar os mesmos, informando, por escrito, o adjudicatário.

CLÁUSULA 12.ª

DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, de prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 13.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Entidade adjudicante.

CLÁUSULA 14.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP).

CLÁUSULA 15.ª

SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS

1. O adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
2. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos: Responsabilidade civil pela atividade.
3. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do adjudicatário.
4. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.



CLÁUSULA 16.ª

PESSOAL DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal afeto à execução dos trabalhos, bem como pela sua aptidão profissional e disciplina, tendo por base a legislação nacional em vigor.
2. O adjudicatário é obrigado a manter a harmonia e a boa ordem nos locais de trabalho.
3. O adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo de sua conta os encargos que daí resultem.
4. O adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.

CLÁUSULA 17.ª

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
4. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
5. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados



- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 18.ª

FORO COMPETENTE

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com renúncia de qualquer outro. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 19.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 20.ª

TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente procedimento destinam-se ao cumprimento de obrigações legais, sendo responsável pelo seu tratamento o Município de Seia, podendo o seu titular exercer os direitos de informação, acesso, retificação, apagamento, limitação de tratamento, portabilidade e oposição, através do endereço eletrónico rgpd@cm-seia.pt, encontrando-se a Política de Privacidade do Município disponível para consulta, em formato digital, em <https://www.cm-seia.pt/> e, fisicamente, no Balcão Único da Câmara Municipal.



2. No tratamento de dados pessoais serão escrupulosamente observadas e respeitadas todas as obrigações de tratamento decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), designadamente, o cumprimento das instruções veiculadas pelo responsável pelo tratamento, garantia de confidencialidade, adoção de medidas de segurança, prestação de informação e assistência ao responsável pelo tratamento tendo em vista o exercício dos direitos dos titulares, bem como a fiscalização pelas entidades competentes.

3. A verificação do incumprimento ou violação das disposições legais em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, constitui fundamento bastante para a resolução do contrato, podendo implicar o dever de indemnização pelos danos causados.

4. O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.

CLÁUSULA 21.ª

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Todas as despesas e custos inerentes ao Trabalho serão da responsabilidade do adjudicatário.

CLÁUSULA 22.ª

TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. De acordo com o número 2 do artigo 451.º do CCP, é aplicável aos contratos de aquisição de serviço o disposto no artigo 419.º-A do CCP, designadamente:

- a) Os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
- b) Os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão;
- c) O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
- d) O disposto nos n.os 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato de aquisição de serviços.



CLÁUSULA 23.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Em tudo for omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações subsequentes em vigor.

CLÁUSULA 24.ª

FALHAS E OMISSÕES

1. Em tudo o que não tenha sido objeto de suficiente especificação ou descrição, acatar-se-á a legislação portuguesa em vigor, o espírito do Trabalho, os pormenores técnicos que possam ser apresentados durante o andamento normal dos trabalhos, as escolhas e indicações do dono de obra, bem como todas as prescrições das entidades competentes que intervêm em Trabalhos desta natureza.

Seia, maio de 2024

Por Delegação de Competências do Presidente da Câmara
O Vereador
Cláudio Martins Pereira Figueiredo